

## REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

No dia 7 de agosto de 2024, às 14h30min, no formato híbrido, teve início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Bárbara Pereira Collier; Nivaldo Jorge Machado; Marcelo Alexandre Balbino dos Santos; Carlos Eduardo Sales de Melo; Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa; Fabio Alexandre Melo Ferreira da Silva; Severino Carlos Amorim; Rafael Farias Almeida; Alcidésio José de Santana; Ana Paula Santana; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Cleonice Maria dos Santos; Gilmar Correia da Silva; Adailton José da Silva; Roberto Gercino; Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo** e Conselheiros (as) Suplentes: **Natália Oikawa; Gerlane Souza de Lima; Dayvton Diego Almeida; Maria da Conceição Cardoso da Silva; Renato Fonseca; Karla Regina do Monte Oliveira; Renan Cabral da Silva; Laura Maria de Melo Sarmento; Francisco de Assis do Nascimento. Pauta: 01.** Informes; **1.1** - Indicação de 01 (um) suplente para Comissão Deliberativa (Curadoria) do Funcultura/2024 – URGENTE; **1.2** – Comissão de Ética e Jurídica sobre a denúncia feita pelo conselheiro Joab contra Renato Fonseca; **1.3** - Sugestão de criar uma resolução sobre a participação da Sociedade Civil nas reuniões do CEPC; **1.4** - Propor uma dinâmica sobre o formato de condução e participação dos conselheiros (as) na ordem das falas; **1.5** - Notificação sobre horários de utilização do auditório do Iphan (**Termo de Autorização**). **02.** Novas diretrizes da PNAB e as perspectivas do Sistema Nacional de Cultura/MinC (**Jr. Afro**); **03.** Apresentação do Censo Cultura de Pernambuco (**Obic**). **Rafael Farias** iniciou a reunião, solicitando que Amanda, a secretária, verificasse o quórum e fizesse a chamada. Ele expressou seu prazer em presidir a sessão, agradeceu a todos que votaram nele e afirmou que seu mandato seria participativo e democrático, colocando-se à disposição de todos. Em seguida, passou a palavra para Amanda realizar a chamada dos presentes. **Amanda Carneiro** antes de confirmar a presença do conselheiros governamentais, informou que a secretária Cacau de Paula estava no Rio de Janeiro cumprindo agendas desde a segunda-feira e que por isso, ainda não havia feito a indicação da Secult para compor o Conselho. Ela mencionou que, possivelmente, o nome seria apresentado na próxima reunião. Amanda repassou a todos que, naquela reunião, ainda não haveria a apresentação do nome indicado pela Secult. **Rafael Farias** agradeceu a presença de todos, tanto presencial quanto virtualmente, e informou que Amanda havia disponibilizado a pauta no grupo. Ele propôs inverter o item 1.4 da pauta para discutir uma nova dinâmica de participação dos conselheiros, sugerindo que as falas alternassem entre conselheiros presenciais e virtuais para melhorar a comunicação. A proposta foi colocada em votação, e, com 13 votos a favor, a nova dinâmica foi aprovada e implementada. Rafael também ressaltou a necessidade de ser mais rigoroso com o

tempo de fala, limitando cada intervenção a 3 minutos, devido a notificações do IPHAN sobre atrasos recorrentes, que poderiam resultar na perda do espaço. Ele destacou o

## REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

desejo de retornar às reuniões na Casa Oliveira Lima e a importância de cumprir as regras do espaço atual, o IPHAN. A reunião deveria ser encerrada até às 16:30, com uma possível prorrogação de 15 minutos. Rafael apresentou a pauta, destacando a urgência da indicação de um suplente para a Comissão Deliberativa de curadoria do Funcultura 2024. Ele solicitou que a Secretaria de Cultura fornecesse explicações sobre o funcionamento da Comissão Deliberativa e pediu que um representante do Funcultura estivesse presente para esclarecer dúvidas. Rafael mencionou questionamentos sobre a nomeação de Jocimar, que era conselheiro de patrimônio, e levantou a questão, se uma pessoa com participação no Conselho de Preservação poderia ocupar a cadeira na comissão deliberativa. Ele aguardava esclarecimentos da Secretaria de Cultura. **Amanda Carneiro** esclareceu que, enquanto aguardavam a entrada da representante do Funcultura na reunião, aproveitaria para responder às dúvidas de Rafael sobre a publicação de nomes. Ela explicou que a publicação ainda não ocorreu porque é necessária uma publicação única que inclua titular e suplente. Como Sebastião não pôde ser o suplente, a indicação foi devolvida pelo Funcultura. Amanda informou que os dados do conselheiro Jocimar foram enviados, e ele atualmente exerce a cadeira de titular no Conselho de Preservação do Patrimônio, após a exoneração do titular anterior. Amanda ressaltou que isso não impede a indicação de Jocimar para a Comissão Deliberativa do Funcultura, pois ele não deliberaria sobre projetos e apenas representaria o Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC) na Comissão. Ela esclareceu que Jocimar não estaria acumulando duas titularidades, pois a posição na Comissão Deliberativa do Funcultura é distinta, servindo para conduzir as demandas deliberadas pelo pleno do Conselho de Políticas Culturais. **Thaynna Leocádio** levantou uma dúvida sobre a representação do Conselho. Ela mencionou a disparidade que existe quando um conselheiro é indicado para a Comissão Deliberativa do Funcultura, ressaltando que essa pessoa precisaria deixar o cargo de conselheiro para assumir a posição na Comissão, o que a impediria de participar de novos projetos culturais. Thaynna também destacou a diferença entre os conceitos de patrimônio e outras áreas, como audiovisual, e solicitou que essa distinção fosse explicada para que ficasse registrada em ata. **Rafael Farias** compartilhou que também teve a mesma dúvida e fez uma consulta à Secretaria de Cultura. Por isso, solicitou a presença de alguém do Funcultura para esclarecer a questão. Ele explicou que, na Comissão Deliberativa, não se tratam de projetos, e que o caráter das consultas é diferente no Conselho de Preservação. Rafael aguardava a entrada do representante do Funcultura para obter mais esclarecimentos. Além disso, ele propôs que, dependendo da resposta recebida, fosse realizada uma nova eleição para o suplente e o titular. Rafael destacou que o Conselho é soberano e que a eleição dos dois nomes deveria ser feita de forma definitiva, considerando que alguns conselheiros já poderiam trazer indicações para essa escolha. **Alexandre Melo** pediu uma questão de ordem e expressou sua preocupação sobre a

## REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

possibilidade de o presidente voltar atrás em suas decisões, independentemente do caráter delas. Ele ressaltou que manter as decisões é fundamental para a solidez do Conselho e que assumir a responsabilidade por essas decisões é essencial. Alexandre comentou que refazer a eleição do representante titular da Comissão Deliberativa seria um ato grave, caso essa fosse a proposta. **Rafael Farias** esclareceu que, antes de tomar qualquer decisão, era importante ouvir a pessoa do Funcultura que iria se manifestar. Ele enfatizou que não havia a intenção de fazer uma decisão unilateral e que todas as ações respeitariam o processo democrático, ouvindo a todos os envolvidos. **Nivaldo Jorge** expressou sua opinião sobre a questão da suplência, afirmando que o suplente deve ser o segundo mais votado na eleição do titular. Ele ressaltou que a decisão de indicar o suplente não deveria retroceder, como mencionado por Alexandre. Nivaldo explicou que, como a indicação para o Funcultura é do Conselho de Política Cultural, não há impedimento para Jocimar, que está no Conselho de Patrimônio. Ele enfatizou que a escolha do suplente deve ser feita com base na votação e que a portaria não deveria afetar essa decisão, uma vez que a indicação é do Conselho de Política Cultural. **Wagner Egito** afirmou que não existe eleição de suplência, ressaltando que a suplência é determinada pela eleição do titular. Ele argumentou que a lógica da votação deve ser mantida e que novas candidaturas deveriam ser consideradas. Wagner destacou que Jocimar pode se candidatar novamente, e os votantes anteriores ainda podem apoiá-lo. Ele defendeu que a forma mais democrática seria abrir a eleição para titular e suplentes, permitindo que todos os interessados pudessem se candidatar. Além disso, ele solicitou informações a Amanda sobre o processo de Jocimar no Conselho de Preservação. **Maria da Conceição** expressou sua dúvida sobre a acumulação de titularidades. Ela questionou se a pessoa em questão receberia duas remunerações pela participação em duas comissões: uma deliberativa e outra de preservação. Além disso, ela indagou se um provável suplente não receberia nada pela sua participação. **Rafael Farias** esclareceu que não havia impedimento para que a pessoa em questão fosse membro da Comissão Deliberativa, indicada pelo CEPC, e que, portanto, receberia o valor destinado a essa função. Ele também destacou que, como conselheiro de Preservação, a pessoa receberia o valor correspondente a essa função, pois se tratava de duas funções distintas. Rafael mencionou que estava aguardando a chegada de um membro do Funcultura. **Nivaldo Jorge** expressou sua insatisfação com a quantidade de discussões sobre um assunto simples, afirmando que a eleição para titular e suplente ocorreu devido à necessidade de haver duas posições. Ele argumentou que, diante do impedimento do suplente por conta de um projeto no Funcultura, o colegiado deveria indicar um novo suplente sem a necessidade de votação. Nivaldo também criticou a preocupação dos membros do colegiado em relação ao recebimento de dois jetons, sugerindo que deveriam se concentrar em garantir a remuneração para todos os membros do Conselho, que era um direito que não havia sido efetivado desde 2016. Ele enfatizou a importância de deixar

## REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

um legado de remuneração para o Conselho de Política Cultural do Estado de Pernambuco e que a questão do jeton não deveria ser uma distração. **Amanda Carneiro** esclareceu que, na época em que foi feita a indicação do conselheiro Jocimar, não havia a nova informação disponível. Ela informou que o pedido de exoneração do antigo titular ocorreu apenas em junho, o que justificou a narrativa apresentada ao grupo. **Alexandre Melo** reforçou sua posição, destacando que, assim como em instituições legislativas, as decisões de um Conselho não deveriam ser desfeitas facilmente. Ele expressou sua indignação com a possibilidade de votar novamente em uma questão já decidida, referindo-se à titularidade de Jocimar, que não poderia ser assumida por questões legais. Alexandre considerou absurdo que o Conselho pudesse reverter suas decisões devido a uma inadequação na autenticação do suplente. Ele enfatizou a importância de respeitar as decisões tomadas, argumentando que isso é fundamental para a credibilidade e responsabilidade do Conselho, e expressou sua frustração com a situação. **Amanda Carneiro** informou que, ao receber um e-mail do conselheiro Wagner solicitando esclarecimentos, orientou-o a entrar em contato com a CEPAD, pois a Casa dos Conselhos não detinha essas informações. Ela explicou que todas as tratativas de processos administrativos na secretaria eram geridas pela CEPAD, que não repassava informações diretamente para a Casa dos Conselhos. Amanda mencionou que a CEPAD solicita que os conselheiros enviem um e-mail para solicitar informações, sendo esse o canal pelo qual as respostas são dadas. Ela destacou que não tinha acesso ao status do processo de Jocimar e que a informação completa deveria ser obtida por meio do contato com a CEPAD. Além disso, sugeriu que o responsável pela CEPAD fosse convidado para a próxima reunião, a fim de fornecer esclarecimentos a todos de uma só vez, evitando assim mal-entendidos. **Rafael Farias** expressou que não gostaria de tratar do assunto sem a presença de Jocimar, a pessoa citada. Ele decidiu abrir três minutos para o conselheiro Wagner, informando que encerraria as inscrições para o próximo ponto. Rafael comunicou que aguardariam a devolutiva da Fundarpe e do Funcultura antes de deliberar sobre o tema, ressaltando que, enquanto não houvesse uma resposta concreta, não poderiam prosseguir. Ele manifestou sua confusão em relação ao assunto, mas afirmou que, ao ser uma solicitação do conselheiro, acataria e passaria a palavra para Wagner antes de seguir para o próximo ponto da pauta. **Wagner Egito** informou que solicitou os informes devido à necessidade de esclarecer a situação do representante do Conselho na Comissão Deliberativa. Ele mencionou que, há dois ou três meses, enviou um e-mail para a Casa dos Conselhos sobre uma irregularidade na eleição de Jocimar, que data de 2022. Recentemente, ao pesquisar no Diário Oficial, Wagner descobriu que um processo administrativo foi aberto em 18 de julho para investigar uma denúncia de uso indevido de CPF ou falsidade ideológica relacionada à eleição de Jocimar no Conselho de Preservação. Ele compartilhou essa informação com o grupo, destacando que a Presidente do Conselho de Preservação também estava ciente



## REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

do problema. Wagner reiterou a importância de buscar informações concretas sobre a situação. **Rafael Farias** informou que a votação sobre a indicação de Jocimar seria adiada, conforme sugerido por Marcelo de Ogum, em razão da denúncia feita por Wagner. Seis membros concordaram com o adiamento, e a decisão foi deixada para a próxima reunião ordinária, onde a questão seria melhor analisada. Em seguida, Rafael introduziu o próximo ponto da pauta, que era a sugestão de criar uma resolução sobre a participação da sociedade civil nas reuniões do CEPC. Ele expressou sua insatisfação com o processo atual, que permitia a manifestação da sociedade civil apenas no início das reuniões. Rafael ressaltou que essa abordagem não funcionou, citando o exemplo de um especialista que não pôde contribuir durante a reunião. Ele propôs retificar a minuta para garantir que a sociedade civil tivesse plena participação durante todo o processo, não apenas em momentos específicos. Rafael planejou discutir essa proposta com os conselheiros e pediu que Amanda disponibilizasse a resolução para que a alteração pudesse ser votada na próxima reunião ordinária. **Cleonice Maria** concordou que a sociedade civil tem o direito de se manifestar nas reuniões, mas lembrou que o Regimento possui cláusulas que organizam o formato dessas reuniões. Ela expressou que, embora seja importante permitir a participação da sociedade civil, é necessário ter limites para garantir que os conselheiros possam discutir as propostas adequadamente. Cleonice mencionou o caso do companheiro Cacau de Arcoverde, que não pôde falar sobre um tema relevante, o que ela considerou inadequado. Ela sugeriu que a questão fosse tratada com cuidado, para não prejudicar nem a sociedade civil nem o próprio Conselho em suas demandas de discussão. **Rafael Farias** destacou que a mudança proposta precisa ser discutida antes de ser implementada. Ele planejava propor uma minuta no grupo dos 80, incluindo a ideia de permitir que especialistas possam falar, e esperava contar com a contribuição de todos. Rafael reconheceu que a decisão anterior, que limitava as falas da sociedade civil ao início das reuniões, foi feita de forma rápida e sem a devida discussão. Ele acreditava que o formato atual não estava funcionando e que era necessário revisar o processo. No entanto, ele enfatizou que qualquer mudança deve respeitar a decisão democrática da maioria, mesmo que isso signifique manter o formato atual. **Wagner Egito** considerou válido reavaliar a dinâmica das reuniões, ressaltando que nada é definitivo e que tudo é dinâmico. Ele expressou preocupação com o fato de que o tempo nas reuniões do Conselho é sempre curto e deve ser dedicado às discussões dos conselheiros. Segundo ele, as reuniões não deveriam servir como espaço para a sociedade civil tirar dúvidas, como foi observado com a participação de Yasmim em questões sobre LPG. Ele enfatizou que as reuniões do Conselho são para deliberações e que, se permitir que a sociedade civil participe de todas as pautas, isso prejudicaria a eficácia das discussões dos conselheiros. Wagner mencionou que a resolução atual permite que convidados participem das discussões de pautas específicas, caso sejam aprovados pelo pleno, e sugeriu que essa prática seja aprimorada para evitar

## REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

que as reuniões se tornem um debate público generalizado. **Thaynna Leocádio** sugeriu que, na nova minuta da resolução, seria interessante permitir que, ao final de cada pauta, a sociedade civil tenha a oportunidade de se manifestar, expressando opiniões ou sugestões. Ela concordou que o debate principal deve ser conduzido pelos conselheiros, mas acredita que esse momento específico de fala para a sociedade civil, aprovado pelo pleno, poderia ocorrer após a discussão das pautas, sem reabrir o debate. **Nivaldo Jorge** destacou que as comissões setoriais têm o papel de ouvir os segmentos da sociedade civil, evitando desgastes nas reuniões do Conselho que, segundo ele, não têm avançado. Ele comparou com o Conselho Nacional de Política Cultural, onde os colegiados setoriais se reúnem ordinariamente duas vezes por ano, sempre antes das reuniões gerais, para evitar que todas as discussões sejam abertas, o que inviabilizaria o progresso. Nivaldo ressaltou que essa dinâmica não se trata de silenciar a sociedade civil, mas de permitir que o colegiado avance em suas pautas, que têm sido prejudicadas pela falta de foco. **Francisco de Assis** sugeriu que, devido ao início da discussão, seja realizada uma reunião extraordinária para tratar do ponto em questão. Ele mencionou ter várias sugestões sobre formatos de representatividade e destacou a importância de discutir o tema exaustivamente em uma reunião específica. Francisco apoiou a proposta de Rafael de elaborar uma minuta, colocá-la no grupo, e então marcar a reunião extraordinária para se chegar a uma decisão. **Carlos Amorim** afirmou estar de acordo com as falas de Cleonice, Nivaldo Jorge e Wagner. Ele destacou que a missão do presidente e do Conselho é otimizar o tempo das reuniões, sem silenciar ninguém. Carlos elogiou a ideia de convidar especialistas para debater determinados temas, mas ressaltou a necessidade de criar mais obstáculos para garantir que as reuniões sejam produtivas. Ele observou que, embora a participação da sociedade civil esteja dentro do regimento, as reuniões não têm sido otimizadas. Concluiu dizendo estar contemplado pelas falas dos colegas. **Rafael Farias** informou que colocaria uma minuta no grupo dos 80 para debate e votação, ressaltando que o processo democrático prevaleceria, com a maioria decidindo. Ele mencionou que, enquanto estivesse na presidência, esse processo seria seguido. Em seguida, anunciou que passariam ao próximo ponto de pauta, que tratava das novas diretrizes da PNAB e das perspectivas do Sistema Nacional de Cultura. Ele expressou alegria por debater esse assunto tão aguardado e deu as boas-vindas ao companheiro Júnior Afro, representante do MinC, que faria uma apresentação sobre o tema. **Júnior Afro** expressou sua gratidão pela acolhida em Recife e destacou a importância do momento cultural no Brasil, enfatizando o compromisso do Ministério da Cultura em manter uma relação ativa com os conselhos culturais e coordenações estaduais. Ele mencionou que a circulação de informações e a visita aos conselhos fazem parte de um esforço para fortalecer o Sistema Nacional de Cultura (SNC). Ele explicou que a implementação do sistema exige uma revisão e fortalecimento contínuos, e destacou a importância da participação de Pernambuco nas conferências municipais e

## REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

estaduais de cultura. Apesar dos desafios impostos por cortes anteriores à participação social, Júnior reforçou o papel crucial dos conselhos culturais na execução e monitoramento das políticas públicas, ressaltando a necessidade de que esses conselhos estejam ativamente envolvidos no processo de regulamentação da nova lei do SNC. Ele comentou que, embora a adesão ao sistema tenha melhorado, ainda existem desafios, especialmente no que diz respeito à institucionalização do sistema nos estados e municípios. Júnior apontou que, apesar da criação da lei do SNC, há uma necessidade urgente de regulamentação e de maior envolvimento dos conselhos para garantir a continuidade e a eficácia dos recursos destinados à cultura. Ele também apresentou dados sobre a adesão dos municípios ao sistema, destacando as disparidades regionais e a importância de fortalecer a estruturação do sistema para garantir o sucesso das políticas culturais. Por fim, Júnior chamou a atenção para a necessidade de criar e fortalecer as comissões intergestoras nos estados, que são fundamentais para a pactuação e divisão de responsabilidades entre estados e municípios, garantindo assim a efetividade das políticas culturais. **Rafael Farias** expressou dúvida, questionando se Pernambuco estava entre os estados mencionados. Ele ressaltou a importância do Conselho tomar conhecimento da situação para que possam agir. Rafael reiterou uma frase que costuma usar, afirmando que Pernambuco é a salvaguarda da cultura do Brasil, mas destacou que Estado está ficando para trás e que é necessário compreender isso e avançar. **Júnior Afro** afirmou que Pernambuco não possui todos os componentes completos. Ele enfatizou a importância dos conselhos no contexto da adesão provisória, ressaltando que a paridade entre governo e sociedade é essencial. Mencionou que a discussão atual sobre o novo Conselho Nacional de Cultura é um momento oportuno para revisar o Sistema Nacional de Cultura e destacou a necessidade de diálogo entre os poderes. Ele alertou que a falta de institucionalização dos componentes do sistema nos estados prejudica a eficácia das políticas culturais. Júnior ressaltou a importância da comissão bipartite e do diálogo com a Assembleia Legislativa para estruturar uma política cultural eficaz. Também mencionou a necessidade de ampliar a participação social nos conselhos, destacando a falta de representatividade de grupos como negros e indígenas. Referiu-se ao planejamento cultural como um elemento essencial para a ação governamental, afirmando que a criação de planos de cultura em municípios e estados é fundamental para a implementação de políticas públicas. Júnior chamou a atenção para a necessidade de estruturação dos sistemas estaduais de cultura, que ainda carecem de uma base sólida para a promoção e alocação de recursos. Ele finalizou sua fala lembrando que Pernambuco possui 108 municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura, mas que ainda há trabalho a ser feito para completar os componentes do sistema. Júnior destacou a importância de envolver os conselhos e a sociedade na formulação e regulamentação das políticas culturais, propondo que as oficinas a serem realizadas em cada estado sirvam para consolidar as diretrizes do Plano Nacional de

## REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

Cultura. **Rafael Farias** agradeceu a presença de Júnior Afro e sugeriu que, devido ao problema de horário, a próxima reunião iniciasse com a apresentação dos membros da Secult e da Obic, pedindo desculpas por não poder abordar o assunto na reunião atual. Ele mencionou que, na semana seguinte, haveria um tema importante a ser discutido relacionado ao conselheiro Wagner, mas ressaltou a necessidade de priorizar a apresentação do OBIC, pois eles estavam com o prazo curto. Ele também comentou sobre o atraso na implementação do Sistema Nacional de Cultura em Pernambuco, destacando a frustração com a falta de progresso. Rafael expressou sua preocupação ao comparar a participação significativa do estado na Conferência Nacional de Cultura com a dificuldade em avançar em outras questões cruciais para a política cultural. Apesar de ser novo na situação, ele se mostrou alarmado com a fragilidade do tecido cultural, que, segundo ele, foi prejudicado por governos anteriores. Rafael apontou dificuldades no diálogo com a Assembleia e mencionou que, em alguns momentos, o governo pareceu travar questões importantes. Por fim, ele abriu a palavra aos conselheiros, pedindo que fossem breves, pois a reunião precisaria ser encerrada dentro do horário previsto. **Nivaldo Jorge** entregou um presente da Casa de Passagem Menina Mulher para Júnior Afro, mencionando que Júnior foi sócio fundador da casa e destacando a importância do artesanato, tanto o feito por Mestra Lívia quanto o produzido na Casa de Passagem. Ele ressaltou a importância da presença de Júnior, diretor do Sistema Nacional de Cultura no MinC, e comentou sobre o atraso de Pernambuco na política cultural, lembrando que o estado foi o último a assinar o termo de pactuação com o MinC em 2012. Nivaldo expressou a frustração com a ausência de um Fundo de Cultura no Estado, enfatizando que o Funcultura não é o fundo do Sistema Nacional de Cultura. Ele mencionou a pandemia como um fator que destacou a necessidade de um fundo específico para transferências financeiras. Ao retornar em março do ano passado, ele redigiu um texto para incentivar os artistas a mapear a cultura em seus municípios, defendendo a criação de um cadastro cultural, algo diferente do Mapa Cultural existente. Ele lamentou que muitos conselheiros no passado desconsideraram a importância dos artigos 215, 216, e 216A da Constituição, assim como a PEC 150, que, segundo ele, ainda está paralisada no Congresso. Nivaldo explicou que a aprovação da PEC garantiria recursos para a cultura, com o governo federal contribuindo com 2,5%, o estado com 1,5% e os municípios com 1%. Ele destacou a necessidade de fortalecer os sistemas municipais de cultura e desvincular as secretarias. Finalizou mencionando a criação de uma nova secretaria no Rio Grande do Norte e a importância de lutar pela implementação dessas políticas culturais. **Rafael Farias** agradeceu a importante contribuição de Nivaldo e destacou que, além do CPF da cultura, uma das pautas defendidas por Pernambuco foi a distribuição dos recursos de acordo com os territórios culturais, reconhecendo as diferentes necessidades de cada região. Ele observou que Pernambuco se destaca tanto territorial quanto culturalmente,



## REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

mas o recurso que chega é baseado no per capita, o que muitas vezes é insuficiente para a grande quantidade de produção artística no Estado. **Cleonice Maria** ressaltou a importância da fala de Júnior Afro e expressou satisfação ao saber que um pernambucano assumiu a diretoria no Ministério da Cultura, destacando a responsabilidade e preocupação de Júnior em garantir o funcionamento do sistema em todo o território nacional. Ela mencionou a recente visita de Júnior a Serra Talhada, onde ele participou de uma ação importante sobre o Sistema Nacional de Cultura, reunindo mais de 50 pessoas da região do Sertão do Pajeú, incluindo gestores e fazedores de cultura. Cleonice elogiou o trabalho de Júnior, afirmando que o Conselho está à disposição para continuar o diálogo e amadurecer a discussão sobre a importância do sistema. **Wagner Egito** agradeceu a presença de Júnior Afro e destacou a importância da fala que enfatizou a necessidade de o Conselho olhar para fora, para a sociedade e para as instituições. Ele ressaltou que o Conselho, como uma instituição do Estado, deve se comunicar não apenas com a sociedade organizada e a classe cultural, mas também com instituições como a OAB, TCE, Ministério Público e Assembleia. Wagner afirmou que o Conselho precisa assumir sua posição como órgão do Estado na discussão da política cultural com órgãos de fiscalização e controle. Ele também destacou a relevância de ter um pernambucano em Brasília e mencionou que um dos pilares do Sistema Nacional de Cultura são os conselhos, especialmente os estaduais. Wagner enfatizou a necessidade de padronizar a representatividade e o regimento dos conselhos, respeitando as particularidades de cada território, para que os conselhos estaduais e municipais possam dialogar entre si. Por fim, ele pediu que Júnior esclarecesse que, dentro do Sistema Nacional de Cultura, os conselhos representativos e pilares são os conselhos de política cultural estaduais e municipais, enquanto outros conselhos, embora importantes, não fazem parte desse pilar central. **Júnior Afro** expressou satisfação em participar do diálogo e destacou a necessidade de avançar em relação aos conselhos. Ele mencionou que, em Pernambuco, existem três conselhos separados: Patrimônio, Audiovisual e Política, que não dialogam suficientemente com a lógica do Sistema Nacional de Cultura, mas poderiam se alinhar melhor com sistemas setoriais, como o do audiovisual. Ele explicou que um dos componentes do Sistema Nacional de Cultura são os sistemas setoriais, que precisam dialogar para que cada área da política nacional tenha seu próprio sistema específico. Usou o exemplo do sistema de patrimônio, destacando que o IPHAN representa o Locus da política de patrimônio no Brasil e possui um sistema que deveria se alinhar com conselhos locais de patrimônio para desenvolver políticas. Júnior enfatizou a importância de uma pactuação clara sobre as atribuições entre conselhos nacionais e estaduais, especialmente no setor de patrimônio. Ele mencionou que a Fundarpe e o IPHAN devem colaborar para criar arranjos que formem um sistema integrado, com participação e divisão de responsabilidades. Ele também destacou que é necessário definir como o Conselho de

## REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

Patrimônio local dialoga com o Conselho Estadual de Política Cultural, e como essas discussões devem se refletir no nível nacional, para garantir que as políticas de patrimônio sejam representadas adequadamente no Conselho Nacional de Política Cultural. **Rafael Farias** agradeceu a presença de Júnior Afro e, antes de encerrar a reunião, mencionou que oficializaria, através de Amanda, algumas pendências que precisavam ser resolvidas, algumas das quais já haviam sido discutidas em reuniões anteriores. Ele destacou a importância de esclarecer esses pontos no grupo dos 80, mencionando questões como os crachás e a necessidade de reuniões descentralizadas. Rafael compartilhou que, por morar em Arcoverde, no interior do estado, tinha que custear suas próprias viagens para as reuniões, o que já havia feito várias vezes. Ele propôs a realização de reuniões descentralizadas, especialmente considerando a falta de apoio do Governo do Estado nesse aspecto, e se comprometeu a lançar essa proposta no grupo dos 80. Rafael também mencionou a importância de discutir temas técnicos e o Plano Estadual de Cultura, que, apesar de estar pronto, continuava sem avanços significativos. Ele expressou a intenção de, como presidente, impulsionar essas discussões e avançar no que fosse possível, afirmando seu compromisso com o progresso do Conselho. Por fim, ele solicitou que Amanda colocasse no grupo a resposta oficial da Secult. Nada mais havendo a tratar, o presidente **Rafael Farias Almeida** agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a reunião. Eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.

---

Amanda Carneiro (**Secretária**)

---

Rafael Farias Almeida (**Presidente**)

---

Bárbara Pereira Collier

---

Nivaldo Jorge Machado

**REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE  
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO**

---

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

---

Carlos Eduardo Sales de Melo

---

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

---

Fábio Alexandre Melo Ferreira

---

Severino Carlos Amorim

---

Alcidésio José de Santana

---

Ana Paula de Santana

---

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

**REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE  
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO**

---

Cleonice Maria dos Santos

---

Gilmar Correia da Silva

---

Adailton José da Silva

---

Roberto Gercino

---

Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

---

Natália Oikawa

---

Gerlane Sousa de Lima

---

Dayvton Diego Almeida

---

Maria da Conceição Cardoso da Silva



**REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE  
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO**

---

Renato Fonseca

---

Karla Regina do Monte Oliveira

---

Renan Cabral da Silva

---

Laura Maria de Melo Sarmento

---

Francisco de Assis do Nascimento